



## A questão racial no Simpósio Nacional em Socioeducação: tendências, lacunas e perspectivas

Racial issues debated at the National Symposium on Socioeducation: trends, gaps, and perspectives

**Ana Carolina de Moura Pereira\***

ID <https://orcid.org/0009-0002-7762-1860>

**Manuela Soares Silveira\*\***

ID <https://orcid.org/0000-0002-9465-1749>

**Lucilene Ribeiro Reis Barros\*\*\***

ID <https://orcid.org/0009-0007-4761-2206>

**Cynthia Bisinoto\*\*\*\***

ID <https://orcid.org/0000-0003-2188-5592>

---

\* Assistente Social. Especialista em Políticas Públicas, Infância, Juventude e Diversidade pela Universidade de Brasília (UnB, Brasília, Brasil). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas para Infância e Juventude pela Universidade de Brasília (UnB, Brasília, Brasil) e Assistente Social da Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS, Brasília, Brasil). E-mail: [anacarolina.mourap@gmail.com](mailto:anacarolina.mourap@gmail.com)

\*\* Assistente Social. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU, Uberlândia, Brasil). Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade de Brasília (UnB, Brasília, Brasil) e Assistente Social da Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS, Brasília, Brasil). E-mail: [manu090993@hotmail.com](mailto:manu090993@hotmail.com)

\*\*\* Agente Socioeducativa. Bacharela em Psicologia pelo Centro Universitário do Distrito Federal (UDF, Brasília, Brasil). Especializanda em Direitos Humanos, Participação Social e Promoção da Saúde Mental das Mulheres ministrado pela Escola de Governo Fiocruz (EGF, Brasília, Brasil) e Agente Socioeducativa da Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS, Brasília, Brasil). E-mail: [lucilene.barros@gmail.com](mailto:lucilene.barros@gmail.com)

\*\*\*\* Professora. Doutora em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde pela Universidade de Brasília (UnB, Brasília, Brasil). Docente na Faculdade UnB Planaltina da Universidade de Brasília (UnB, Brasília, Brasil) e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas para Infância e Juventude do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília (CEAM, Brasília, Brasil). E-mail: [cynthia@unb.br](mailto:cynthia@unb.br)

DOI 10.22422/temporalis.2025v25n49p137-153

## RESUMO

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo é uma política pública destinada à promoção, proteção e defesa dos direitos fundamentais de adolescentes a quem se atribui autoria de ato infracional. Dados sobre o perfil do público atendido apontam que eles/as são majoritariamente negros/as. Não obstante a centralidade da questão racial nessa política, há uma marginalização do tema nas discussões sobre o sistema socioeducativo. Diante disso, este trabalho visa traçar um panorama sobre a abordagem da questão racial na Política Pública de Atendimento Socioeducativo, identificar potenciais lacunas no seu tratamento e apontar caminhos possíveis para o seu aprofundamento a partir da análise dos resumos de trabalhos apresentados nas quatro edições do Simpósio Nacional em Socioeducação a partir dos anais do evento. Foram selecionados e categorizados os resumos que problematizam as estruturas racistas, ultrapassam uma concepção meramente factual e apontam caminhos para construções antirracistas. Os trabalhos apresentados trouxeram contribuições valiosas ao questionarem dinâmicas institucionais e sociais, e ao proporem intervenções antirracistas. Por outro lado, as autoras identificaram lacunas a serem preenchidas por meio de perspectivas futuras que valorizem abordagens críticas e interseccionais. O racismo ainda ocupa uma posição periférica no debate socioeducativo, o que reflete as limitações das políticas públicas em responder às demandas das populações vulnerabilizadas e indica a necessidade de propostas disruptivas que conectem teoria e prática no enfrentamento das desigualdades.

## PALAVRAS-CHAVE

Atendimento Socioeducativo; Raça; Formação Profissional; Antirracismo.

## ABSTRACT

The National Socio-Educational Service System is a public policy aimed at promoting, protecting and defending the fundamental rights of adolescents who are alleged to be responsible for an offence. Data on the profile of the public served indicate that they (s) are mostly black (s). Despite the centrality of the racial issue in this policy, there is a marginalization of the topic in discussions about the socio-educational system. Therefore, this work aims to draw an overview of the approach of the racial issues in the Public Policy of Socio-Educational identifies potential gaps in its treatment and point out possible ways to deepen it from the analysis of the abstracts of works presented in the four editions of the National Symposium on Socio-Education from the annals of the event. The abstracts that problematize racist structures, go beyond a merely factual conception and point paths to anti-racist constructions were selected and categorized. The papers presented provided valuable contributions by questioning institutional and social dynamics and proposing anti-racist interventions. On the other hand, the authors identified gaps to be filled through future perspectives that value critical and intersectional approaches. Racism still occupies a peripheral position in the socio-educational debate, which reflects the limitations of public policies in responding to the demands of vulnerable populations and indicates the need for disruptive proposals that connect theory and practice in addressing inequalities.

## KEYWORDS

Socio-educational Services; Race; Professional Development; Anti-racism.

## Introdução

**O**Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), instituído pela Lei nº 12.594/2012 (Brasil, 2012), é uma política pública destinada à promoção, proteção e defesa dos direitos humanos e fundamentais de adolescentes (pessoas entre 12 e 18 anos de idade) a quem se atribui autoria de ato infracional. Por serem penalmente inimputáveis, a responsabilização se dá pela aplicação das Medidas Socioeducativas (MSE) previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei nº 8.069/1990 (BRASIL, [1990] 2015): advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade (PSC), liberdade assistida (LA), semiliberdade e internação. As quatro primeiras são cumpridas em meio aberto e as duas últimas são cumpridas em estabelecimento privativo de liberdade.

Ao tratar do atendimento ao/à socioeducando/a, a Resolução nº 119/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Brasil, 2006) estabelece eixos estratégicos para a ação socioeducativa: suporte institucional e pedagógico; diversidade étnico-racial, de gênero e de orientação sexual; cultura, esporte e lazer; saúde; escola; profissionalização/trabalho/previdência; família e comunidade e segurança. Dados sobre o perfil dos/as adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas revelam que eles/as são majoritariamente negros/as (Brasil, 2018, 2025), o que denota a relevância do eixo diversidade étnico-racial.

Conforme Eurico et al. (2021), a questão racial é elemento fundador da questão social brasileira. Enquanto estrutura constitutiva da formação socio-histórica do país, o racismo molda dinâmicas de poder e exclusão, atravessando relações sociais, instituições (incluindo as unidades de execução das medidas socioeducativas), políticas públicas, e práticas culturais e econômicas. Inobstante a centralidade da questão racial na Política Pública de Atendimento Socioeducativo, observa-se uma marginalização do tema nas discussões sobre o campo. O debate, em geral, aborda o assunto de forma superficial, apontando a existência de uma seletividade penal, sem aprofundar os mecanismos raciais que historicamente têm produzido hierarquias, relações de dominação e naturalização da presença predominante de adolescentes negros/as nas MSE (Ortegal, 2018; Vinuto, 2024).

A expressiva produção acadêmica sobre a infância e adolescência frequentemente desconsidera o impacto do quesito raça/cor na vida cotidiana desses sujeitos (Eurico, 2022). Tal negligência reflete a dificuldade em nomear e expor o racismo como fenômeno contemporâneo e não restrito aos registros históricos do período colonial. Segundo a autora, o racismo desumaniza a população negra ao legitimar e naturalizar a violência estrutural e o seu extermínio, o que impacta diretamente as infâncias e as adolescências negras. Ademais, reitera o mito da democracia racial, pois propaga uma igualdade inexistente, evidenciada na ausência de debates aprofundados nas produções acadêmicas sobre o tema. Nesse sentido, Eurico (2022, p. 79) argumenta que “sem a presença negra não há como se pensar o Brasil”, o que, em nossa análise, inclui a necessidade de problematizar a Política Socioeducativa a partir dessa perspectiva.

Esta Política é um campo em disputa, marcado por conflitos sociais, culturais, políticos e econômicos, forjada, em suas contradições e complexidades, pelo racismo. Historicamente, as instituições destinadas a crianças e adolescentes “abandonados”, “infratores” e “carentes” estiveram a serviço do enclausuramento, contenção, correção e domesticação de corpos negros (Ribeiro et al., 2017; Ortegal, 2018). A criminalização da juventude negra, por meio de um processo racializado de seletividade penal, resulta da violação histórica de direitos ao longo de suas histórias de vida, e se reflete na realidade concreta pelo perfil sociodemográfico de socioeducandos/as (Rocha, 2020).

A Política Socioeducativa tem o desafio de desnaturalizar e questionar essa realidade por meio do adensamento do debate em torno de suas determinações e pela proposição de intervenções antirracistas. O fato é que a raça como mecanismo de hierarquização, classificação e dominação do outro é também capaz de possibilitar a reação antirracista, ao desvelar as dinâmicas dos processos de preconceito e discriminação, usualmente negados e geralmente subsumidos ao debate sobre classes (Ortegal, 2019). Considerando-se, por um lado, o apagamento racial observado nas reflexões sobre o campo

socioeducativo, e por outro sua importância para a qualificação da Política Pública de Atendimento Socioeducativo, o presente trabalho visa traçar um panorama sobre a abordagem da questão racial na política pública em questão, identificar potenciais lacunas no seu tratamento e apontar caminhos possíveis para o seu aprofundamento a partir da análise dos anais das quatro edições do Simpósio Nacional em Socioeducação (SNS) (Bisinoto et al., 2018, 2020, 2022, 2024).

### O Simpósio Nacional em Socioeducação

A Política Socioeducativa possui como uma de suas diretrizes a necessidade de implementação de ações de formação continuada e permanente dos/as profissionais envolvidos/as no acompanhamento socioeducativo, a fim de qualificar o serviço prestado (Brasil, 2012).

O SNS, idealizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Humano e Socioeducação da Universidade de Brasília, é um evento público e gratuito com natureza científica e profissional que promove espaços interdisciplinares e transversais ao campo da pesquisa e prática relativas às MSE, possibilitando a socialização e debate de estudos, resultados de pesquisa e experiências profissionais. Desde sua primeira edição, o Simpósio é organizado em colaboração com a Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (SEJUS), através da Subsecretaria do Sistema Socioeducativo (SUBSIS), e tem se destacado como referência na construção de uma comunidade de aprendizagem que partilha o compromisso com a promoção do atendimento socioeducativo numa perspectiva intersetorial e participativa.

Historicamente, participam do evento estudantes, docentes, pesquisadores/as, profissionais que trabalham na execução e gestão das medidas socioeducativas, profissionais e órgãos públicos que integram o Sistema de Garantia de Direitos, adolescentes ou egressos/as do sistema socioeducativo e pessoas com interesse na discussão. Assim, o evento tem se configurado como importante espaço para formação profissional ao promover espaços de reflexão sobre o acompanhamento socioeducativo.

Na primeira edição, no ano de 2017, o tema do SNS foi “A escolarização e o atendimento socioeducativo em perspectiva”. Em 2019, “Desafios da prática socioeducativa na atualidade”. Em 2021, “Responsabilização e emancipação de adolescentes”. E, por fim, no IV Simpósio, em 2024, “Antirracismo, Direitos Humanos e Cenários de resistência”.

Na última edição do evento, a Comissão Organizadora e a Comissão Técnico-Científica concluíram que era imperativo reconhecer que as múltiplas dimensões da vida social são atravessadas pelo racismo. Como resultado, a questão racial assumiu o lugar de tema central no IV SNS, compreendendo que a concepção de Direitos Humanos deve considerar as diversas desigualdades presentes na sociedade.

Ante todo o exposto, o evento se consolida como um espaço de resistência e construção coletiva, pois visibiliza pautas interseccionais e reafirma a urgência de que as pesquisas e intervenções relativas ao sistema socioeducativo sejam efetivamente comprometidas com a justiça social e racial.

## Percorso metodológico

Os anais fornecem evidências tangíveis das investigações, das produções e das experiências compartilhadas e discutidas durante eventos acadêmicos. Esses documentos possibilitam a disseminação e a preservação do conhecimento produzido e, assim, servem como referência para pesquisas. No caso do SNS, os anais são constituídos pelos resumos dos trabalhos apresentados, que podem ser tanto pesquisas científicas quanto relatos de experiências (Bisinoto et al., 2018, 2020, 2022, 2024).

Em suma, este artigo consiste em uma revisão dos resumos constantes nos anais das quatro edições do SNS, a fim de mapear o campo socioeducativo em sua intersecção com as intervenções profissionais e os estudos da questão racial. Espera-se que o alcance dos objetivos deste trabalho, enunciados anteriormente, potencialize o engajamento de pesquisadores/as, estudantes e profissionais na reflexão sobre como as práticas socioeducativas podem ser efetivamente transformadas por uma perspectiva antirracista.

Para isso, foram realizadas pesquisas nos anais utilizando as palavras-chave: raça, racial, cor/raça, raça/cor, etnia, étnico-racial, étnico-racial, etnoracial, cor, racismo, racista, antirracismo, antirracista, negro, preto, pardo, afro, africano, racialidade, racialização, pele e antinegro. Todas as palavras foram pesquisadas nas flexões plural e singular e, quando necessário, nos gêneros gramaticais masculinos e femininos.

Ao todo, foram identificados 89 resumos de trabalhos, em um universo de 418, em que constam uma ou mais das palavras-chave supracitadas. As pesquisadoras realizaram a leitura dos trabalhos com vistas a identificar aqueles que problematizam as estruturas racistas que impactam negativamente as subjetividades, experiências concretas e inserção em contextos sociais dos/as negros/as, ultrapassam uma concepção meramente factual e apontam caminhos para construções antirracistas. Após esse filtro, restaram 62 trabalhos selecionados para análise.

Os resumos selecionados foram organizados em uma planilha eletrônica e categorizados segundo: tipo de trabalho (relato de experiência, discussão teórica ou resultado de pesquisa); perfil dos/as autores/as (acadêmico, profissional ou acadêmico-profissional); tipos de MSE (LA, PSC, semiliberdade, internação ou sem definição); e temas centrais (Arte, Cultura e Lazer; Atendimento Familiar; Atendimento a Egressos; Diversidade Sexual; Escolarização de Adolescentes; Esporte; Formação Profissional; Gestão; Gestação e Maternidade; Gênero; Justiça; Metodologias de Atendimento; Paternidade; Participação Juvenil; Raça; Saúde Integral de Adolescentes; Saúde do Trabalhador; Segurança; Socioeducação Baseada em Evidências; Territórios e Redes; Trabalho e Profissionalização de Adolescentes; Uso de Tecnologias da Informação e Comunicação; Violência Estrutural; e outros). As categorias foram previamente definidas e possibilitaram análises quantitativas e qualitativas que evidenciaram tendências gerais, lacunas e perspectivas recorrentes no debate racial realizado nas edições do SNS.

É importante destacar que nas orientações para submissão de trabalhos no SNS consta que não devem ser feitas citações diretas ou indiretas nos resumos. Por isso, nas análises aqui realizadas não há referências bibliográficas relativas às ideias e conceitos desenvolvidos pelos/as autores/as dos resumos.

## Resultados e discussões

A partir da análise depreendida, concluiu-se que colocar a questão racial no centro do debate na IV edição do evento aumentou a quantidade de trabalhos que problematizam estruturas racistas, conforme a Tabela 1.

**Tabela 1:** Quantidade de trabalhos com palavras-chave e problematização racial por edição

Ano	Total de trabalhos apresentados	Possui palavra-chave	Trabalhos que problematizam
2017	49	2 (4,08%)	1 (2,04%)
2019	129	19 (14,72%)	9 (6,97%)
2021	80	6 (7,5%)	3 (3,75%)
2024	160	56 (35%)	49 (30,62%)
<b>TOTAL</b>	<b>418</b>	<b>83 (19,85%)</b>	<b>62 (14,83%)</b>

Fonte: elaborada pelas autoras.

A intencionalidade dessa escolha contribuiu para avançar em reflexões que ultrapassam o debate meramente descritivo dos dados técnicos. De fato, a complexidade da Política Socioeducativa exige a análise exaustiva de suas causas, inter-relações e das razões econômico-políticas subjacentes aos dados (Behring; Boschetti, 2008).

O aumento significativo de trabalhos em 2024 sugere que a escolha do tema deu capilaridade a um debate que é historicamente marginal na agenda do sistema socioeducativo, como podemos inferir a partir da baixa quantidade de trabalhos sobre a questão racial nas edições anteriores. A despeito do avanço, no total, 80,15% dos resumos não fazem qualquer menção à questão racial. Entre os que a problematizam, o número sobe para 85,17%. Nesse sentido, o aumento significativo de trabalhos em 2024 ainda é insuficiente frente à complexidade da relação entre raça e sistema socioeducativo, uma vez que esse campo é atravessado pelo racismo em todos os eixos estratégicos de atendimento. No que tange ao perfil dos/as autores/as que contribuíram para os trabalhos apresentados ao longo das edições do SNS, observou-se uma distribuição heterogênea entre acadêmicos e profissionais. No total, entre os 62 trabalhos analisados, foram identificados 26 autores de perfil exclusivamente acadêmico, 26 com perfil profissional e 10 que combinam experiências acadêmicas e profissionais.

**Tabela 2:** Tipo de medida socioeducativa e perfil dos/as autores/as

MSE	Perfil de autores			
	Acadêmico	Acadêmico e Profissional	Profissional	Total Geral
Sistema Socioeducativo	9	3	8	20
Internação	11	3	6	20
LA e PSC	5	4	11	20
Semiliberdade	1	0	1	2
<b>Total Geral</b>	<b>26</b>	<b>10</b>	<b>26</b>	<b>62</b>

Fonte: elaborada pelas autoras.

O perfil dos/as autores/as que apresentaram trabalhos relativos à questão racial evidencia o potencial do SNS como um espaço de interlocução entre diferentes saberes. Integrar

abordagens teóricas e experiências profissionais na execução das MSE é fundamental para enriquecer o debate sobre a Política Socioeducativa.

Quanto ao tipo de MSE, evidenciou-se que, no que tange à questão racial, as reflexões concentraram-se igualmente na LA e PSC, internação e nas análises globais do sistema socioeducativo. Por outro lado, a semiliberdade apresentou baixa representatividade, com apenas dois trabalhos em todo o período analisado (Tabela 3).

**Tabela 3:** Tipo de medida socioeducativa e tipo de trabalhos

MSE	Tipo de trabalho			
	Discussão Teórica	Relato de Experiência	Resultado de Pesquisa	Total Geral
Sistema Socioeducativo	6	6	8	20
Internação	3	10	7	20
LA e PSC	3	14	3	20
Semiliberdade	0	1	1	2
Total Geral	12	31	19	62

Fonte: elaborada pelas autoras.

Os dados demonstram que a MSE de internação e as análises globais do sistema socioeducativo concentram a maior quantidade de resultados de pesquisa em trabalhos que foram predominantemente apresentados por autores de perfil acadêmico. Em contrapartida, os trabalhos relacionados às MSE de LA e PSC tiveram maior representatividade de autores com perfil profissional ou que combinam experiência acadêmica e profissional. Além disso, o destaque dessa modalidade recai sobre os relatos de experiência.

A predominância de resultados de pesquisa sobre a internação, conforme Tabelas 2 e 3, pode ser explicada pela centralidade atribuída às instituições de privação de liberdade como instrumentos de controle social e gestão das adolescências criminalizadas (Ribeiro et al., 2017; Ortegal, 2018). A isso se contrapõe o fato de que no Brasil os(as) adolescentes em MSE de LA e PSC são maioria: a Pesquisa Nacional de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, realizada em 2018 pelo Ministério do Desenvolvimento Social (Brasil, 2018), revela que o Brasil possuía no período 117.207 adolescentes em cumprimento de medidas em meio aberto representando 82% de todas as MSE aplicadas no País.

O Levantamento Nacional de Dados do SINASE, publicado em 2025, não trouxe informações relativas às MSE executadas em meio aberto. Esses apontamentos reforçam a necessidade de uma produção acadêmica que explore as especificidades e desafios das diversas MSE, buscando uma compreensão mais ampliada das dinâmicas do sistema socioeducativo.

Em relação aos temas centrais dos 62 resumos selecionados, identificou-se que a maioria deles concentrou-se na categoria **Metodologias de Atendimento**, representando 43,54% do total. Trabalhos que tiveram como tema a discussão sobre **Raça** representaram 16,12% dos resumos. A categorização completa consta na Tabela 4 e serão analisados na sequência.

**Tabela 4:** Temas centrais

Tema	Quantidade	Percentual
Metodologias de Atendimento	27	43,54%
Raça	10	16,12%
Formação Profissional (profissionais, estudantes da área e afins)	5	8,06%
Territórios e Redes	4	6,45%
Violência Estrutural	3	4,83%
Segurança	3	4,83%
Justiça	2	3,22%
Saúde Integral de Adolescentes	2	3,22%
Atendimento Familiar	1	1,61%
Escolarização de Adolescentes	1	1,61%
Gênero	1	1,61%
Socioeducação Baseada em Evidências	1	1,61%
Trabalho e Profissionalização de Adolescentes	1	1,61%
Arte, Cultura e Lazer	1	1,61%
Total Geral	62	100%

Fonte: elaborada pelas autoras.

Os resumos categorizados no tema **Metodologias de Atendimento** focaram em relatos de experiências. Conforme discute Lukács (2012, 2018), a práxis é a relação dialética e indissociável entre teoria e prática. A prática sem reflexão se reduz à repetição mecânica, enquanto a teoria sem vínculo com a ação se torna abstrata e ineficaz. Nesse contexto, a práxis não se limita a qualquer atividade humana, mas àquela com intencionalidade transformadora que tem como horizonte alcançar a emancipação humana, ou seja, a ruína do sistema de desigualdades e a transformação das condições que perpetuam a exclusão social para a realização plena das potencialidades do ser social Marx (2010). Arraes (2019) propõe que a práxis no contexto socioeducativo integra dimensões objetivas e subjetivas, pois articula saberes e ações compartilhadas entre profissionais, adolescentes, jovens e comunidade. Esse processo deve se basear em um compromisso ético e político, que possibilite tanto a análise crítica da realidade quanto a construção de práticas socioeducativas emancipadoras para ampliação da consciência dos sujeitos sobre si e sobre as relações sociais que os atravessam.

De forma geral, as atividades em grupo, majoritariamente realizadas com os/as socioeducandos/as, foram empregadas como estratégia de intervenção socioeducativa. Frequentemente, essas práticas envolveram artes, cultura e lazer, elementos que, além de potencializarem a experiência pedagógica por meio de ações criativas, integram um dos eixos de atendimento previstos na Política Pública de Atendimento Socioeducativo. Conforme discutido por Rodrigues (2017), o processo grupal possui um potencial transformador quando se tornam espaços de vivência, troca e construção coletiva de saberes e possibilitam que estranhamentos e contradições sejam problematizados.

Do total de trabalhos nesta categoria, seis adensam a questão racial. Os/as autores/as ressaltam como as MSE, embora concebidas com um caráter pedagógico, muitas vezes reproduzem processos de criminalização da juventude negra. Nesses resumos, percebeu-se a defesa de práticas profissionais que incorporem as experiências e saberes dos/as

adolescentes em cumprimento de MSE, para reconhecê-los/las como sujeitos ativos na construção de suas trajetórias. Além disso, destacam o papel da educação baseada em referências afrocentradas como ferramenta para fortalecer laços comunitários e questionar discursos discriminatórios.

Outros 6 resumos focaram no atendimento às meninas em intersecção com questões raciais. Esse é um movimento importante, pois comumente os estudos sobre o sistema socioeducativo negligenciam as questões de gênero. O cenário de silêncio em torno das meninas em cumprimento de MSE não apenas as invisibiliza, mas também oculta suas especificidades e vulnerabilidades, comprometendo a efetividade do acompanhamento a elas destinado (Pereira, 2022; Pereira et al., 2023).

No tema **Raça**, os dez resumos evidenciaram as estruturas racistas que permeiam a Política Socioeducativa. Essas análises foram organizadas em três eixos.

1) O racismo como mecanismo que impacta as vivências dos/as socioeducandos/as: a partir da perspectiva metodológica histórico-crítica ou da criminologia crítica, os trabalhos exploraram como o racismo e a violência funcionam como mecanismos de imobilismo social para pessoas negras. Essa realidade é situada no contexto histórico da formação social brasileira, marcada pelo colonialismo e pela estrutura escravista. Nesse sentido, os estudos questionam a naturalização do mito da mobilidade social transmitido pelo sistema escolar e a naturalização da concepção de adolescência, revelando como ambos servem à manutenção das relações sociais desiguais existentes. As análises desses trabalhos ilustram o que Moura (2021) identifica como barragens institucionalizadas ou indiretas que reproduzem as estruturas de poder e classes sustentadas na exploração das pessoas negras.

2) O racismo na configuração da Política Pública de Atendimento Socioeducativo: a partir de uma perspectiva dialética e crítica da práxis, os trabalhos examinam tanto as práticas socioeducativas e suas possibilidades antirracistas, quanto os mecanismos de reprodução da dominação e hierarquização racial. Os/as autores/as apontam o sistema socioeducativo como produto colonial que reproduz a sociabilidade capitalista por meio do controle de corpos negros e periféricos. Outros trabalhos lançam mão de conceitos como biopolítica e dispositivo de poder para analisar o sistema socioeducativo como um dispositivo de racialidade e de poder, e uma tecnologia disciplinar no controle e docilização dos corpos negros. Nessa direção, Ortega (2018) sugere que o sistema socioeducativo foi historicamente estruturado a partir de uma seletividade racial de quem será punido, encarcerado e exposto a processos de extermínio, que intensificam o genocídio da população negra, reduzindo o valor da vida desses sujeitos.

3) Relatos de práticas socioeducativas antirracistas: incluem tanto ações pontuais quanto iniciativas institucionais de longo prazo que promovem uma práxis antirracista, ainda que não enunciem tal conceito. Essas práticas incluem oficinas realizadas com socioeducandos/as, criando espaços dialógicos e reflexivos sobre temas como racialidade, embranquecimento, colonialidade, questão racial no Brasil, cultura afro-brasileira. Também abrangem iniciativas direcionadas a socioeducadores/as, que abordam as causas e consequências dos marcadores sociais e suas implicações na ação socioeducativa, com o

objetivo de promover uma atuação profissional comprometida com a promoção da equidade.

Os 5 trabalhos que versaram sobre o tema **Formação Profissional (abrangendo profissionais, estudantes da área e afins)** traduziram preocupações institucionais quanto à importância de uma formação profissional teoricamente fundamentada e socialmente orientada, que refletia sobre a incidência da questão racial na vida de adolescentes em cumprimento de MSE, fortalecendo a perspectiva crítica e antirracista na formação profissional, conforme orientam Eurico et al. (2021).

Desses, 2 trabalhos abordaram as determinações do modo de produção capitalista — um sistema que gera e perpetua desigualdades. Um deles, em especial, evidencia o mito da democracia racial e a urgência de reconhecer o corpo negro como dotado de direitos, saberes, cultura e ancestralidade. Três estudos ampliaram o debate da questão racial para o âmbito da comunidade socioeducativa e dois especificamente para profissionais que atuam na política em análise (assistentes sociais e terapeutas ocupacionais). Esses estudos trataram de experiências de boas práticas que objetivaram desnaturalizar a realidade social por meio da elaboração e sistematização de reflexões geradas no contato com a realidade dos sujeitos e de suas histórias. Tais reflexões se basearam em leituras críticas do cotidiano, com a intencionalidade de transformá-lo, pela compreensão do racismo como uma estrutura passível de transformação pela práxis socioeducativa antirracista, ao encontro do que foi abordado por Ortega (2021) no contexto da política socioeducativa.

No tema **Territórios e Redes**, dois resumos analisaram os impactos do acompanhamento socioeducativo para trabalhadores/as e socioeducandos/as, a partir de diferentes lentes de análise. Não obstante, os estudos convergem para o reconhecimento de que tais impactos estão intrinsecamente relacionados à questão racial, ao racismo institucional e às suas conexões com a estrutura social.

Outro trabalho, um relato de experiência ancorado no materialismo histórico e dialético, aponta que a essência dos fenômenos perpassa as contradições entre capital e trabalho, que particularizadas na formação socio-histórica brasileira sustentada na escravidão de homens e mulheres negras, revelam o racismo. A partir dessa compreensão, propõe metodologias intervencionistas pautadas em arte, cultura e lazer, a fim de garantir o direito à cidade dos/as socioeducandos/as. É, portanto, uma intervenção planejada a partir da práxis socioeducativa, alinhada à concepção de questão social apresentada por Eurico et al. (2021).

Por fim, o tema engloba um resumo que relata uma abordagem do racismo em oficina temática com socioeducando a partir de parceria entre unidade de atendimento socioeducativo e movimento social.

Os três resumos do tema **Violência Estrutural** destacam a seletividade nos processos de criminalização e penalização, e sua relação com a Política Socioeducativa, que é marcada por tendências punitivistas e pela precarização dos serviços. Essas discussões são fundamentadas em uma perspectiva crítica que considera as determinações econômicas, históricas e políticas do modo de organização capitalista, articuladas ao racismo, como fatores que comprometem a garantia e a defesa dos direitos dos/as socioeducandos/as.

Um dos trabalhos sobressaiu em relação aos demais, ao instituir o racismo como categoria central na análise de fenômenos estruturantes da formação do Brasil, conectando-os às concepções e estratégias socioeducativas aplicadas no acompanhamento de adolescentes.

Os trabalhos do tema **Segurança** envolveram três estudos acadêmicos sobre o sistema de segurança pública e suas interfaces com o sistema socioeducativo. Os/as autores/as assinalam que os processos de criminalização, extermínio e encarceramento têm como alvos principais adolescentes negros e pobres com efeitos nefastos sobre suas vivências materiais e subjetivas. No entanto, apenas um (1) trabalho buscou desvendar as determinações que configuram esses processos, e o fez por intermédio da categoria de Estado penal. Embora essa perspectiva seja relevante para uma compreensão crítica e dialética das transformações no Estado sob o neoliberalismo, ela limita-se à classe social como lente analítica, desconsiderando as determinações das desigualdades sociais que expressam a questão social no Brasil, tais como as iniquidades geradas pelo racismo estrutural (Eurico et al., 2021; Ortega, 2018).

Os dois resumos relativos ao tema **Justiça** abordaram as desigualdades sociais — entre as quais estaria a questão racial, que impactam os/as adolescentes atendidos/as pela política socioeducativa, a qual, afirmam, deveria garantir direitos diante dessa realidade. O primeiro trabalho evidencia essas desigualdades a partir da lente de análise da Criminologia Crítica (Cf. nota de rodapé 4) que, embora mencione a raça entre os critérios de seletividade dos socioeducandos(as), não avança na compreensão dos mecanismos de dominação racial que configuram essa realidade, conforme problematizam Ortega (2018) e Vinuto (2024). O segundo resumo aponta que essas desigualdades atingem desproporcionalmente a população periférica, negra e em situação de vulnerabilidade econômica.

Os trabalhos relacionados ao tema **Saúde Integral de Adolescentes** reconhecem que a atenção à saúde mental é atravessada pela questão racial. A partir de uma perspectiva crítica sobre o tema, problematizam abordagens que privilegiam a medicalização, estigmatização e contenção de adolescentes em detrimento do cuidado em liberdade. Além disso, um dos trabalhos destaca o caráter antirracista da Luta Antimanicomial, ao enfrentar práticas de exclusão que afetam de forma mais intensa a população negra. Os estudos de David et al. (2024) trazem contribuições importantes para o aprofundamento das análises desses resumos. Os autores evidenciam a relação histórica entre raça e patologização produzida pelas teorias do racismo científico, identificando nas políticas de saúde espaços que tendencialmente reproduzem lógicas de separação, exclusão e morte de pessoas negras. Por outro lado, destacam que as estratégias de resistência desses sujeitos, podem contribuir para a radicalização da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial.

O resumo classificado no tema central **Atendimento Familiar** analisa o direito à convivência familiar de adolescentes em cumprimento de MSE de internação. As autoras problematizam que frequentemente eles/as são inseridos em instituições geograficamente distantes dos seus municípios de origem. Essa realidade dificulta o contato com a família, restringe visitas e fragiliza os vínculos afetivos, o que, conforme as autoras, reproduz uma lógica punitivista fundamentada no racismo estrutural.

A **Escolarização de Adolescentes** – tema central em apenas um resumo – foi abordada de forma a reconhecer que existem interseções entre baixo desenvolvimento educacional, situação socioeconômica, gênero e raça. Os resultados apresentados no trabalho indicam que o direito à educação não tem sido garantido plenamente e revelam os desafios na adaptação de metodologias e materiais para atender às demandas pedagógicas dos/as adolescentes em cumprimento de MSE que comumente possuem distorção idade-série. Esse trabalho permite compreender que o racismo, como elemento estruturante da formação socio-histórica do Brasil, permeia os espaços escolares, sobretudo na produção e reprodução do fracasso escolar dos/as estudantes negros/as, evidenciado pelos índices escancarados de reprovação, evasão e permanência (Freitas; Santos, 2023). Dados estatísticos nacionais revelam que a população negra apresenta menos anos de estudo, maior taxa de analfabetismo e menor acesso ao ensino superior (Brasil, 2024).

O trabalho classificado no tema **Gênero** destaca a importância do olhar sociocultural e interseccional no atendimento às adolescentes. As autoras partem da premissa de que as especificidades das meninas são frequentemente negligenciadas em um sistema socioeducativo majoritariamente voltado para meninos. Ademais, ressaltam que a maioria dessas adolescentes é negra e reside em territórios periféricos, o que, segundo as autoras, é indicador do racismo estrutural e da criminalização da pobreza no Brasil.

O resumo referente ao tema **Socioeducação Baseada em Evidências** sugere que as análises qualitativas e a produção de dados em torno da incidência do racismo podem fortalecer a proteção dos/as adolescentes contra os processos de criminalização vigentes; evitar que sejam submetidos/as indiscriminadamente ao cumprimento de MSE; além de se constituir como um vetor fundamental para o planejamento e execução do SINASE.

Sobre **Trabalho e Profissionalização de Adolescentes**, o resumo identificado ressalta que a inserção de adolescentes em atividades laborais, em conformidade com a legislação vigente que preconiza a proteção integral e o caráter predominantemente pedagógico do trabalho, é dificultada pelos estigmas atribuídos aos/as socioeducandos/as, especialmente por sua cor de pele. Contradicitoriamente, uma das alternativas apresentadas para enfrentar este problema é o investimento na formação para o empreendedorismo, tido como uma saída para a empregabilidade. No capitalismo, o trabalho da população negra tem sido historicamente marcado pela precarização, exploração e instabilidade (Moura, 2014). Nesse contexto, o empreendedorismo se torna uma mera adaptação dos sujeitos a um sistema que os exclui, deslocando a responsabilidade do Estado para o indivíduo e ignorando as barreiras impostas pelo racismo estrutural e pela seletividade do mercado.

O trabalho com o tema central **Arte, Cultura e Lazer** evidenciou possibilidades de práticas antirracistas que derrubem o silêncio imposto às desigualdades raciais no país e confirmam centralidade aos conhecimentos dos sujeitos. Nesse contexto, apresentam o RAP e outras práticas discursivas como alternativas para o desenvolvimento e a aprendizagem, ancoradas nos saberes usualmente subjugados do/as próprios/as socioeducandos/as, que, pela apropriação desse conhecimento, podem refletir sobre o mundo e buscar modificá-lo em um desafio à lógica da colonização do saber (Quijano, 2005). Conforme aborda Pinheiro (2023), valorizar culturas distintas das eurocêntricas é fundamental para promover uma educação verdadeiramente antirracista, que reconheça e respeite a diversidade cultural como um elemento essencial na formação dos sujeitos.

## Considerações finais

O SNS tem desempenhado um papel relevante na promoção de debates interdisciplinares sobre a Política Pública de Atendimento Socioeducativo. Ao colocar o antirracismo como tema central em sua IV edição, o evento questionou as estruturas racistas que atravessam o sistema socioeducativo pela promoção de reflexões críticas e pela indicação de caminhos para transformações necessárias. Esse esforço é essencial para fortalecer práticas e reflexões comprometidas com a justiça social e racial.

No entanto, o racismo ainda ocupa uma posição periférica no debate, posto que é mobilizado com maior intensidade apenas quando explicitamente priorizado. Além de ser a expressão do “processo de um racismo mascarado” (Nascimento, 2016) que tem lugar no Brasil, a invisibilidade reflete tanto as limitações das políticas públicas em responder às demandas das populações mais vulneráveis, quanto a necessidade de agendas que conectem teoria e prática no enfrentamento das desigualdades — o que ressalta a necessária centralidade dada ao tema no IV SNS.

Os trabalhos apresentados ofereceram contribuições valiosas ao problematizarem dinâmicas institucionais e sociais, como os processos de criminalização da pobreza e a seletividade penal, além de proporem intervenções antirracistas. Evidenciaram de forma contundente as intersecções entre classe, raça e gênero nos fundamentos e funcionamento da política em questão. As perspectivas críticas e dialéticas apresentadas demonstram o poder transformador da práxis antirracista ao tensionar raízes históricas de exploração e opressão.

A despeito dos resultados apresentados revelarem avanços no debate, foram identificadas algumas lacunas que devem ser preenchidas por meio de estudos teóricos e intervenções profissionais que valorizem abordagens interseccionais. Os temas **Justiça** e **Segurança** trouxeram limites na abordagem das determinações das desigualdades sociais que expressam a questão social no Brasil (Eurico et al., 2021), priorizando a classe social como lente analítica.

Quanto ao tema **Trabalho e Profissionalização de Adolescentes**, o direito ao trabalho dos/as adolescentes aparece de forma contraditória: reconhece-se que eles/as possuem dificuldades em acessar atividades laborais formais em razão dos estigmas associados à cor da sua pele, mas o empreendedorismo é apontado como solução para esse problema, o que desconsidera o racismo estrutural ao propor a mera adaptação dos sujeitos a um sistema que os exclui.

Assim, a ampliação do debate exige mais do que o aumento numérico de trabalhos, requerendo análises qualitativas que aprofundem a compreensão das origens do racismo e apontem soluções efetivas para sua superação. Superar a menção da raça apenas como dado sociodemográfico e desvendar os mecanismos de dominação racial que configuram essa realidade é um caminho potente para as pesquisas no campo socioeducativo.

Um desafio identificado em vários trabalhos é direcionar os estudos e práticas profissionais a partir da experiência vivida e dos conhecimentos da população negra. Por outro lado, trabalhos dos temas **Metodologias de Atendimento e Arte, Cultura e Lazer** colocaram em lugar de destaque os saberes usualmente subjugados do/as próprios/as

socioeducandos/as, desafiando a lógica da colonização do saber (Quijano, 2005). Assim, evidenciar esses saberes em uma perspectiva decolonial é um dos caminhos possíveis para o avanço do debate da questão racial no campo socioeducativo em direção a produções e práticas antirracistas.

Ainda, destaca-se a necessidade de uma produção acadêmica que aprofunde as especificidades e desafios de todas as MSE, na contramão da invisibilização de discussões voltadas para a LA, PSC e semiliberdade.

Por fim, cabe ressaltar que os resumos analisados fornecem um panorama relevante, mas possuem limitação de palavras e, por isso, representam um recorte geral do pensamento e experiência dos/as autores/as, assim como do que foi apresentado e debatido nos eventos. Além dos resumos, outras formas de discussão promovidas no SNS, como oficinas e mesas-redondas, não foram contempladas neste trabalho. Dado o escopo proposto, também não foi possível investigar os diversos subtemas identificados nos trabalhos. Todavia, os resultados apontam caminhos importantes para pesquisas que aprofundem as análises sobre a Política Pública de Atendimento Socioeducativo, a fim de alinhar teoria e prática em prol da construção de um sistema socioeducativo antirracista.

## Referências

ARRAES, J. D. **Por uma práxis do fazer socioeducativo:** reflexões sobre o movimento de (re)construção metodológica da UAMA-Paranoá e as suas contribuições para a política de atendimento em meio aberto no DF. 2019. 227 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100135/td\\_e-16012020-120827/publico/dissertacaoversaofinalcorrigidajaneiro2020ok.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100135/td_e-16012020-120827/publico/dissertacaoversaofinalcorrigidajaneiro2020ok.pdf). Acesso em: 10 fev. 2025.

BARATTA, A. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal:** introdução à sociologia do direito penal. Tradução de Juarez Cirino dos Santos. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Revan; Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

BEHRING, E; BOSCHETTI, I. Política social e método. In: **Política Social: Fundamentos e História.** 5. ed., São Paulo, Cortez: 2008. p. 25–46.

BISINOTO, C. et al. (org.). **Anais do I Simpósio Nacional em Socioeducação:** a escolarização e o atendimento socioeducativo em perspectiva. Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade UnB Planaltina, 2018. Disponível em: [https://socioeducacao.unb.br/wp-content/uploads/2021/07/Anais\\_Simp%C3%B3sio-Nacional-em-Socioeduca%C3%A7%C3%A3o\\_2017.pdf](https://socioeducacao.unb.br/wp-content/uploads/2021/07/Anais_Simp%C3%B3sio-Nacional-em-Socioeduca%C3%A7%C3%A3o_2017.pdf). Acesso em: 21 fev. 2025.

BISINOTO, C. et al. (org.). **Anais do II Simpósio Nacional em Socioeducação:** desafios da prática socioeducativa na atualidade. Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade UnB Planaltina, 2020. Disponível em: [https://socioeducacao.unb.br/wp-content/uploads/2020/06/Anais-II-Simposio\\_2019.pdf](https://socioeducacao.unb.br/wp-content/uploads/2020/06/Anais-II-Simposio_2019.pdf). Acesso em: 21 fev. 2025.

BISINOTO, C. et al. (org.). **Anais do III Simpósio Nacional em Socioeducação:** responsabilização e emancipação de adolescentes. Brasília: Universidade de Brasília,

Faculdade UnB Planaltina, 2022. Disponível em: [https://socioeducacao.unb.br/wp-content/uploads/2023/02/Anais-III-Simp%C3%B3sio-Nacional-em-Socioeduca%C3%A7%C3%A3o\\_2021-atualizado.pdf](https://socioeducacao.unb.br/wp-content/uploads/2023/02/Anais-III-Simp%C3%B3sio-Nacional-em-Socioeduca%C3%A7%C3%A3o_2021-atualizado.pdf). Acesso em: 21 fev. 2025.

BISINOTO, C. et al. (org.). **Anais do IV Simpósio Nacional em Socioeducação: Antirracismo, Direitos Humanos e Cenários de resistência**. Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade UnB Planaltina, 2024. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1b4OPkO1yFpGoLOtdbn32GsxR2ivPc-Ic/view?usp=sharing>. Acesso em: 21 fev. 2025.

**BRASIL. Resolução nº 119, de 11 de dezembro de 2006.** Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e dá outras providências. Diário Oficial [da] União. Brasília, DF, 11 dez. 2006. Disponível em: [https://www.cnmp.mp.br/portal/images/cije/publicacoes/sinas\\_e\\_2006.pdf](https://www.cnmp.mp.br/portal/images/cije/publicacoes/sinas_e_2006.pdf). Acesso em: 28 fev. 2025.

**BRASIL. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012.** Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. Casa civil. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Brasília, DF: 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm). Acesso em: 26 fev. 2025.

**BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Estatuto da Criança e do Adolescente. 13. ed. Brasília: Centro de Documentação e Informação Edições Câmara, 2015. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/items/2a6d808a-d04f-4182-b28d-437a9a32e00d>. Acesso em: 29 abr. 2024.

**BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. MDS. Relatório da Pesquisa Nacional das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto no Sistema Único de Assistência Social.** Brasília: MDS, 2018. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/relatorios/Medidas\\_Socioeducativas\\_em\\_Meio\\_Aberto.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/relatorios/Medidas_Socioeducativas_em_Meio_Aberto.pdf). Acesso em: 06 maio. 2024.

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Educação 2023: PNAD Contínua.** Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102068\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102068_informativo.pdf). Acesso em: 22 fev. 2024.

**BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Levantamento Nacional de dados do SINASE - 2024.** Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania; Universidade de Brasília, 2025. Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/Levantamento\\_Nacional\\_SINASE\\_2024.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/Levantamento_Nacional_SINASE_2024.pdf). Acesso em: 26 fev. 2025.

**DAVID, E. de C. et al.** Desnortear, aquilombar e o antimanicolonial: três ideias-força para radicalizar a Reforma Psiquiátrica Brasileira. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 29, n. 3, p. e04432023, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232024293.04432023>. Acesso em: 26 fev. 2025.

EURICO, M. C. et al. Formação em Serviço Social: relações patriarcais de gênero, feminismos, raça/etnia e sexualidades. **Temporalis**, Brasília/DF, v. 21, n. 42, p. 293–303, 2021. DOI: 10.22422/temporalis.2021v21n42p293-303. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/37235>. Acesso em: 1 nov. 2024.

EURICO, M. C. **Cuidado na infância**: sobre a importância de apreender os impactos do racismo estrutural. In: EURICO, M.C. et al. (org.). Antirracismos e serviço social. São Paulo: Cortez, 2022. p. 78–89.

FREITAS, G. R; SANTOS, D. A. Desigualdades educacionais: discutindo o fracasso escolar de estudantes negros. **Educação em Foco**, Belo Horizonte, v. 26, n. 49, maio/ago. 2023. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/eduacaoemfoco/article/view/6929/5388>. Acesso em: 22 fev. 2025.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. Tradução de Sérgio Lessa. Revisão de Mariana Andrade. Maceió: Coletivo Veredas, 2018. v. 14.

MARX. K. **Sobre a questão judaica**. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 33–74.

MOURA, C. **Dialética radical do Brasil negro**. 2. ed. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2014.

MARX. K. **O Negro**: de bom escravo a mau cidadão? 2. ed. São Paulo: Editora Dandara, 2021.

NASCIMENTO, A. do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

ORTEGAL, L. Questão racial e sistema socioeducativo: Uma introdução ao debate. In: BISINOTO, C.; RODRIGUES, D. S. **Socioeducação**: vivências e reflexões sobre o trabalho com adolescentes. Curitiba: Editora CRV, 2018. p. 43–56

ORTEGAL, L. **Atos de reexistência**: juventude negra, reinvenções e resistência anti-extermínio. 2019. 155 f. Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/44456>. Acesso em: 21 fev. 2025.

ORTEGAL, L. Práxis socioeducativa emancipadora. In: BISINOTO, C. et al. (coord.). **Curso socioeducação como meio de responsabilização e emancipação de adolescentes**: material pedagógico. Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade UnB Planaltina, 2021. 116 p. Disponível em: <https://livros.unb.br/index.php/estante/catalog/book/491>. Acesso em: 18 jan. 2025.

PEREIRA, A. C. de M. **O perfil das meninas em cumprimento das medidas socioeducativas de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade no Distrito Federal**. 2022.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Políticas Públicas, Infância, Juventude e Diversidade) – Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: [https://bdm.unb.br/bitstream/10483/34573/1/2022\\_AnaCarolinaDeMouraPereira\\_tcc.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/34573/1/2022_AnaCarolinaDeMouraPereira_tcc.pdf). Acesso em: 18 jan. 2025.

PEREIRA, A. C. de M. et al. O perfil das meninas em cumprimento de medidas socioeducativas de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade no Distrito Federal. In: AMARAL, D. S. (org.). **Educação & Socioeducação**. Ponta Grossa: Aya Editora, 2023. p. 90–109. Disponível em: <https://ayaeditora.com.br/Livro/22586/>. Acesso em: 26 fev. 2025.

PINHEIRO, B. C. S. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023. 160p.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227–278. Disponível em: [https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_Quijano.pdf](https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf). Acesso em: 28 fev. 2025.

RIBEIRO, I. G. S. et al. Jovens negros em conflito com a lei e o racismo de Estado. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, Bauru, v. 5, n. 1, 2017. Disponível em: <https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/476>. Acesso em: 28 fev. 2025.

ROCHA, A. P. Nuances do juvenicídio: trabalho no tráfico de drogas justificando prisões e mortes de pretos e pobres. In: GOMES, T. M. da S. et al. **Saúde mental e drogas em tempos de pandemia: contribuições do serviço social**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. Disponível em: [https://issuu.com/navegandopublicacoes/docs/livro\\_modelo\\_4-min](https://issuu.com/navegandopublicacoes/docs/livro_modelo_4-min). Acesso em: 06 fev. 2025.

RODRIGUES, D. S. **Grupo como dispositivo socioeducativo-dialógico**: reflexões sobre uma intervenção com adolescentes em meio aberto. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: [http://repositorio2.unb.br/jspui/bitstream/10482/23988/1/2017\\_DayaneSilvaRodrigues.pdf](http://repositorio2.unb.br/jspui/bitstream/10482/23988/1/2017_DayaneSilvaRodrigues.pdf). Acesso em: 21 fev. 2025.

VINUTO, J. “Todo mundo aqui é tratado do jeito que merece”: suspeição generalizada e naturalização da privação de liberdade de adolescentes negros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 39, p. e39002, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/39002/2024>. Acesso em: 21 fev. 2025.

Submetido em: 2/3/2025  
Aceito em: 25/5/2025